

Plano Diretor Municipal

Marvão 1. Quadro Estratégico Municipal – Hipóteses de Atuação



Índice

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
II. PLANO DIRETOR MUNICIPAL: DO PLANO ESTRATÉGICO AO PLANO TERRITORIAL.....	5
III. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO VERSUS PLANEAMENTO CONVENCIONAL: DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIDADES	7
IV. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO: PARA UMA METODOLOGIA INEQUÍVOCA, RECOMENDAÇÕES DE LEITURA	9
V. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO: LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO	10
VI. MATRIZ DO PLANO	11
1. ENQUADRAMENTO GEOESTRATÉGICO.....	13
Estratégia A. Aproveitar a geografia física e administrativa.....	13
A.1. Localização de Marvão	13
A.2. Relações Estruturais.....	14
Estratégia B. Constituição de uma plataforma de conectividade internacional	15
B.1. Criação de um aeródromo.....	15
2. TURISMO E CULTURA	16
Estratégia A. Preservação da dinâmica do Património.....	16
A.1. Vila de Marvão	16
A.2. Cidade Romana de Ammaia	17
Estratégia B. Investimento Turístico e Cultural.....	18
B.1. Touring Cultural e Paisagístico.....	18
B.2. Turismo de Natureza	20
B.3. Gastronomia e Vinhos.....	21
B.4. Golfe	22
Estratégia C. Eventos de Atração Internacional.....	23
C.1. Festival Musica Clássica	23
C.2. Residências Artísticas de Fronteira	24

C.3. Festival Internacional de Cinema de Marvão	25
C.4. Rota do Judaico	26
3. CONHECIMENTO E SOCIEDADE INCLUSIVA	27
Estratégia A. Capital Humano	27
A.1. Qualificação dos Recursos Humanos	27
A.2. Reforço do Mercado de Trabalho.....	28
A.3. Garantia da coesão Social e territorial	29
4. ECONOMIA E AMBIENTE.....	30
Estratégia A. Município Plurissectorial.....	30
A.1. Setor Primário.....	30
A.2. Setor Secundário.....	31
A.3. Setor Terciário	32
Estratégia B. Sustentabilidade e Ambiente.....	33
B.1. Energias Renováveis	33
B.2. Albufeira da Apartadura.....	34
B.3. Aproveitamentos Hidroagrícolas	35
B.4. Conservação da Natureza e Biodiversidade.....	36
Estratégia C. Urbanidades	37
C.1. Centro Histórico. Revitalização social e económica	37
C.2. Mais e melhores serviços e equipamentos públicos	38
C.3. Qualificação Urbana.....	39
C.4. Acessibilidades para Todos.....	40
Equipa Técnica.....	41

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O Planeamento Estratégico é, no atual contexto macroeconómico e social marcado pela incerteza, instrumento que assume grande importância na gestão e apoio à decisão, visto que o seu alcance é verdadeiramente abrangente já que é a partir dele que o Município direciona oportunidades, selecionando ações capazes de lhe dar resposta.

O estudo/enquadramento estratégico não se baseia na premissa de como será o Município no futuro mas antes fazer com que as ações, de natureza económica e social, que se tomam hoje conduzam a um Município mais moderno e humanizado amanhã.

É assim, um instrumento de orientação para o desenvolvimento das atuações municipais, um processo de seleção de estratégias centrais, de projetos e ações com objetivo de potenciar o desenvolvimento municipal e diminuir as debilidades existentes.

O desafio da construção de um processo de planeamento estratégico consiste essencialmente no reconhecimento de identidades e potencialidades que Município/Região apresenta, assim como no estudo e identificação dos elementos capazes de provocar a sustentação económica e social alinhada com os desafios globais de desenvolvimento.

A utilidade do estudo/enquadramento estratégico de Marvão, compreendido no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, torna-se imprescindível na medida em que é ciente a importância do Município se adaptar ao contexto global, assumindo as suas particularidades como mais-valias competitivas.

Neste domínio a construção de uma política de desenvolvimento coesa, assente no diagnóstico das potencialidades e debilidades de Marvão, afirma-se como instrumento chave para alcançar resultados a longo prazo, assentes numa visão concertada do futuro, que passa pela conceção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e um conjunto de projetos estruturantes a desenvolver ao nível do território em análise.

II. PLANO DIRETOR MUNICIPAL: DO PLANO ESTRATÉGICO AO PLANO TERRITORIAL

Em boa hora a Câmara Municipal de Marvão entendeu o Plano Diretor Municipal como uma figura que deveria integrar duas formas propositivas que não tendo o mesmo objetivo específico, se complementam tendo em vista a sustentabilidade dos territórios.

O Planeamento Estratégico ou um documento de desenvolvimento estratégico aplicado ao Ordenamento do Território é um instrumento orientador do desenvolvimento dos espaços municipais e regionais das atuações municipais.

Como refere Paulo Carvalho, 2012, o planeamento estratégico ou um documento de desenvolvimento estratégico diferencia-se do planeamento territorial clássico por dois elementos nucleares:

- a. É muito menos normativo e territorializador das propostas que avança;
- b. Orienta-se mais para as ações de natureza económica e social que não se esgotam na problemática do uso do solo e que fazem o apelo direto à articulação entre entidades públicas e agentes promotores do desenvolvimento territorial.

De igual modo refere a evidencia que a transição dos sistemas de planeamento tradicional, com caráter fortemente regulador para métodos de grande integração de componentes críticas do planeamento é ainda uma transição pouco consolidada.

Esta afirmação é válida face á pouca prática de interconexão dos vários elementos do planeamento bem como uma institucionalização do planeamento em Portugal ainda muito recente e configura-se como desafio inovador para o Plano Diretor Municipal de Marvão.

Com efeito, a Carta Europeia do Ordenamento do Território define como objetivo do Ordenamento do Território a promoção do desenvolvimento social e económico, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais, a proteção do ambiente e a utilização racional do território. É justamente deste mosaico de fatores que saem as propostas do Plano e, por isso mesmo, a fase de caracterização em que o PDM se encontra é decisiva para se entender o balanço entre estes desígnios do ordenamento do território. Tudo porque o território é um recurso valioso, complexo e, muitas das vezes, frágil que reflete as interdependências entre fatores ambientais, económicos, sociais e culturais.

De facto, na União Europeia, o território destaca-se como conceito vertebrador das políticas de desenvolvimento, da coesão dos territórios e dos processos de construção social, económica e política. Ao mesmo tempo, emergem novas orientações da forma de administrar o território e de implementar as políticas, com especial ênfase para a distribuição de funções e responsabilidades entre os diferentes níveis de governo e os processos subjacentes de negociação e criação de consenso.

Mas o território como construção social que também é possui a componente humana, organizativa e administrativa que sobre ele ou partes dele tem responsabilidade de salvaguarda ou de ação. Esta multiplicidade de agentes ou atores impõe dimensões negociais polissémicas. Estas são alvo de concertação em sede de Comissão de Acompanhamento plenária, ou em reuniões sectoriais específicas em ordem a debater aspetos particulares do processo de desenvolvimento preconizado.

Apesar da amplitude conceptual, balizada entre ações de regulação do uso do solo (instrumentos de planeamento) e as iniciativas para a promoção do desenvolvimento dos territórios e das populações (instrumentos de desenvolvimento), o ordenamento do território configura uma ferramenta incontornável da política de desenvolvimento sustentável, um instrumento nuclear para a atuação dos poderes públicos, e uma temática de enorme importância para os próximos anos.

A emergência do planeamento estratégico ou um documento de desenvolvimento estratégico é o resultado da necessidade de intervir globalmente sobre o quadro social e económico do desenvolvimento e de melhorar a eficácia dessas intervenções garantindo a articulação e cooperação entre os atores do desenvolvimento. O objetivo é ultrapassar as insuficiências e as dificuldades dos sistemas de planificação tradicional uma vez que regulamentam muito mais do que estimulam; concentram o papel motor e o poder de decisão mais do que repartem a responsabilidade na iniciativa e no consenso; privilegiam a alteração das estruturas edificadas; e não são plataformas dinamizadoras de ações a empreender de forma conjunta (DGOTDU).

Assim um plano estratégico ou um documento de desenvolvimento estratégico, ainda que inserido numa figura de planeamento municipal específico e bem determinado como o PDM, configura a definição de um projeto de cidade, município ou região, que unifica diagnósticos, combina e concretiza iniciativas públicas e privadas e estabelece um quadro de mobilização e de cooperação dos atores sociais e económicos. É assim um instrumento incontornável de apoio á tomada de decisão e em simultâneo, um conjunto de propostas e partilhas de responsabilidade.

III. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO VERSUS PLANEAMENTO CONVENCIONAL: DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIDADES

A inserção, com forte relevância, em contexto de elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal de Marvão, do documento estratégico de desenvolvimento municipal enquadra-se nos novos paradigmas do planeamento local através do reconhecimento da insuficiência do planeamento convencional dar respostas às exigências da contemporaneidade nomeadamente no que respeita a:

1. Abertura e democratização das sociedades, reclamando uma maior participação dos cidadãos e das suas organizações no processo de planeamento e uma maior transparência no governo e na gestão do território (FF)
2. A impossibilidade das autarquias ocorrerem, por falta de meios financeiros, técnicos e logísticos, a todos os aspetos que decorrem dos processos de desenvolvimento, tanto públicos como privados;
3. Incremento do ritmo, da amplitude e da incerteza das mudanças tecnológicas, geopolíticas, económicas e culturais;
4. Reforço da concorrência entre empresas e territórios em virtude da internacionalização e da globalização económica e comunicacional;
5. Crescente complexificação dos mercados das grandes organizações e dos fenómenos sociopolíticos;
6. Incerteza do período de crise que atravessam vários países europeus entre os quais Portugal;

Todos estes aspetos estão entre aqueles que vieram revelar as insuficiências do planeamento tradicional. Com efeito o planeamento territorial convencional ocupa-se fundamentalmente dos elementos físicos – uso do solo, Infraestruturas e equipamentos – enquanto o planeamento estratégico visa definir e realizar um projeto de município ou de cidade, reforçando a competitividade e melhorando a qualidade de vida.

Este documento estratégico é igualmente um projeto de futuro nas múltiplas vertentes do desenvolvimento uma vez que unifica diagnósticos, coordena atuações públicas e privadas e estabelece um quadro ou processo coerente de mobilização e cooperação dos atores sociais que interagem no território.

Para que fique claro quanto aos resultados esperados para a elaboração do presente documento. A estratégia não é um sistema normativa, nem um programa. É um projeto de futuro para um município e, na sua fase propositiva, apresenta-se como um verdadeiro “contrato” de gestão entre atores políticos, económicos e sociais para o progresso desse território.

Contudo que fique claro que o planeamento territorial e o planeamento estratégico não se excluem. Eles são complementares. O Planeamento estratégico, sendo embora de natureza diferente, carece do planeamento urbanístico e territorial para a concretização das ações de natureza espacial, que são sempre predominantes na qualificação e no reforço da competitividade das cidades e do território.

Daqui se infere que o caminho é paralelo e o percurso das suas elaborações se constitui como um processo de permanente adequação entre os desígnios que se pretendem e a adaptação dos lugares físicos onde ocorrem as mudanças.

Este trabalho, no contexto legislativo português em matéria do ordenamento do território é particularmente difícil na medida em que todo o edifício legal do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial é extremamente rígido e as alterações, em sede de planos consignados neste diplomas, são difíceis de executar uma vez que impõe um número muito elevado de entidades a consultar e um tempo de resposta que não se adequa ao tempo dos agentes privados ligados ao investimento atuarem.

Planeamento convencional	Planeamento Estratégico
Sectorial	Global e integrado
Normativo e regulador	Processual e operacional
Físico	Diversas vertentes
Extrapolação de tendências	Prospetivo
Tecnocrático	Participativo
Orientado pela oferta	Orientado pela procura
Rígido	Flexível

(adaptado de Fonseca Ferreira, 2005)

IV. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO: PARA UMA METODOLOGIA INEQUÍVOCA, RECOMENDAÇÕES DE LEITURA

Pode-se caracterizar o planeamento estratégico como a técnica que avalia os potenciais de desenvolvimento, tanto endógenos como exógenos, aponta caminhos de ações que devem ter efeitos multiplicadores sobre os processos de desenvolvimento, hierarquiza prioridades e sugere as ações-chave para os próximos anos. Deve também deixar fatores de monitorização para que a avaliação ex ante possa ser realizada e permita a reinterpretação das medidas propostas.

Neste sentido deve definir as âncoras que o território possui. Estas âncoras são pontos de amarração para os processos de desenvolvimento que lhe estão subjacentes e que mais adiante se referirão.

No que respeita aos documentos estratégicos para os Planos Diretores Municipais deve-se já referir, para que não hajam surpresas no método e modelo da sua apresentação final, que estes documentos, não dispensando as bases e referências teórico-conceituais, são pois excelência, uma metodologia de ação processual e adaptativa, pelo que a experimentação é ainda o melhor caminho para a concretização desta peça técnica do plano.

Este modelo cria por vezes um certo mal-estar nos organismos públicos, autarquias incluídas, junto dos seus técnicos, que, na generalidade dos casos, em contexto de visão tecnocrática, são mais ágeis com processos fechadas, de entregas formais e verificação de listas integrantes em cadernos de encargos de leituras rígidas e anacrónicas.

Por isso, umas das ações mais estruturantes de um documento estratégico em sede autárquica de desenvolvimento de planos é a de introduzir uma cultura de abertura que ultrapasse a ideia de “Plano-Box” (plano-caixa ou caixa fechada com o plano no interior), para a partilha, entre todos, de dinâmicas abertas de “Plano-Built” (construção partilhada do plano).

Do mesmo modo a dimensão estratégica do município não pode ser uma peça técnica em exclusivo, antes e talvez mais importante, um documento de forte carácter político, e envolvendo os sectores da sociedade civil, para o desenvolvimento local. É assim um processo de intervenção e interação política, cultural e social.

Deve assim a autarquia designar quais os Departamentos (partes) do município que deverão ser ouvidos em matéria da definição estratégica e apontar as sessões de trabalho que entenda por necessárias sem prejuízo do parecer das equipas técnicas do PDM.

V. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO: LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO

Uma liderança política forte é essencial para o sucesso de todo o processo de planeamento e muito em particular para o estratégico, porque, como já se referiu de forma pormenorizada, o planeamento estratégico não é meramente um processo técnico, mas de interação política, social e cultural.

Para que tudo se possa processar de forma assertiva deve-se ter em conta o processo de liderança, normalmente a cargo dos presidentes das Câmaras Municipais. Analisando as experiências de reflexão e planeamento estratégico de diversas cidades europeias, Jordi Boja e Manuel Castells, salientaram: «Difícilmente se pode dar uma resposta positiva se não existe uma liderança personalizada. Em muitos casos, a figura dos presidentes de Câmara é decisiva. Foi o caso de Lisboa com Jorge Sampaio e Barcelona com Maragall».

Por contraponto, os mesmos autores referem que o fracasso das experiências de reflexão estratégica em diversas cidades italianas, em Sevilha (1992) e Madrid, deve à fraqueza dos respectivos governos locais e à ausência de lideranças afirmativas.

Os modos de lideranças fortes fazem com que permanece a ordem do princípio ao fim da reflexão e do debate sobre os eixos estratégicos e até, em situações onde o consenso não seja de todo possível, existir um assumir de responsabilidades nas opções do órgão mais representativo dos munícipes que é a Câmara Municipal e o seu presidente e vereadores.

A necessária democratização do debate é condição indispensável para uma maior consciência da sociedade civil nas intervenções que se propõem, dado que, como se referiu, nem todas da exclusiva responsabilidade da autarquia.

Do mesmo modo com a fragmentação e diversidade os interesses e motivações em presença por parte dos principais atores do desenvolvimento local, leva a que só os projetos e ações em que os agentes se reconheçam tenham garantia de viabilização futura. A participação constitui assim um meio para aferir da viabilidade das propostas e dos projetos e a sua adequação às realidades urbanas, económicas e sociais, garantindo a sua eficácia.

Com a devida mobilização da comunidade e dos atores do desenvolvimento pela Câmara Municipal o debate torna-se profícuo e sai reforçada a exequibilidade de concretização das ações e projetos propostos.

Deve-se, de todo o modo, distinguir dois modelos de participação aos quais estão associados alguns equívocos que importa desde já esclarecer entre “Participação Pública” e “Participação do Público”. A participação pública pode e deve atender às organizações representativas dos sectores abordados como associações de empresários, de comerciantes, de cidadãos com interesses específicos entre outros e é aquela que deve ser trabalhar desde o início. Outra coisa é a participação dos cidadãos de forma individual que pode ser feita através de canais tecnológicos de comunicação, sugerindo-se, desde já que o site da Câmara Municipal possa solicitar, estimular e integrar a participação dos cidadãos em nome individual, sem prejuízo da realização de Fóruns de debate onde a participação é aberta a todo o tipo de opinião pública.

VI. MATRIZ DO PLANO

A construção de uma matriz, e esta é necessariamente provisória por falta da inserção dos elementos a virem a ser considerados em sede de análise da Câmara Municipal deve ser entendida como evolutiva.

Esta deve ter três a quatro ideias força para que não haja o perigo da sua fragmentação, nem a tentação de as considerar estanques e dessa forma se perder o carácter integrador deste documento estratégico.

Assim e em referência ao objetivo global referido anteriormente apontam-se 4 ideias chave para o futuro de Marvão:

1. Enquadramento Geoestratégico de Marvão, através do seu posicionamento geoestratégico potenciar fatores de desenvolvimento local e regional;
2. Turismo e Cultura, estimulando o aproveitamento das potencialidades naturais e histórico-culturais do Município, como setor importante ao desenvolvimento local e regional;
3. Conhecimento e sociedade inclusiva, de forma a promover a valorização do capital humano de Marvão, estimulando e atraindo residentes.
4. Economia e Ambiente, valorizando o crescimento e desenvolvimento do tecido empresarial e as potencialidades reprodutivas do espaço rural, assim como promovendo o desenvolvimento sustentável do território através da conservação dos valores ambientais e ecológicos presentes no Município.

Não poderíamos deixar de falar da matéria da governância do sistema, não obstante já haveremos referido, com pormenor, a importância da sua liderança. A experiência igualmente tem mostrado a importância da criação de Fóruns de debate, sejam generalistas, sejam temáticos. Do mesmo modo a existência de um Fórum Permanente, á imagem dos anteriores Gabinetes de Cidade, integrando as principais forças vivas do concelho, pode constituir-se uma plataforma útil para a corresponsabilização das ações. Deixa-se a proposta á consideração superior.

Os conteúdos da matriz que ora se apresenta estão nas fichas que lhe estão subsequentes, aguardando assim todas as formas de debate e inclusão de conteúdos que daí advirão.

MARVÃO: MOSAICO DA NATUREZA



1. ENQUADRAMENTO GEOESTRATÉGICO

Estratégia A. Aproveitar a geografia física e administrativa

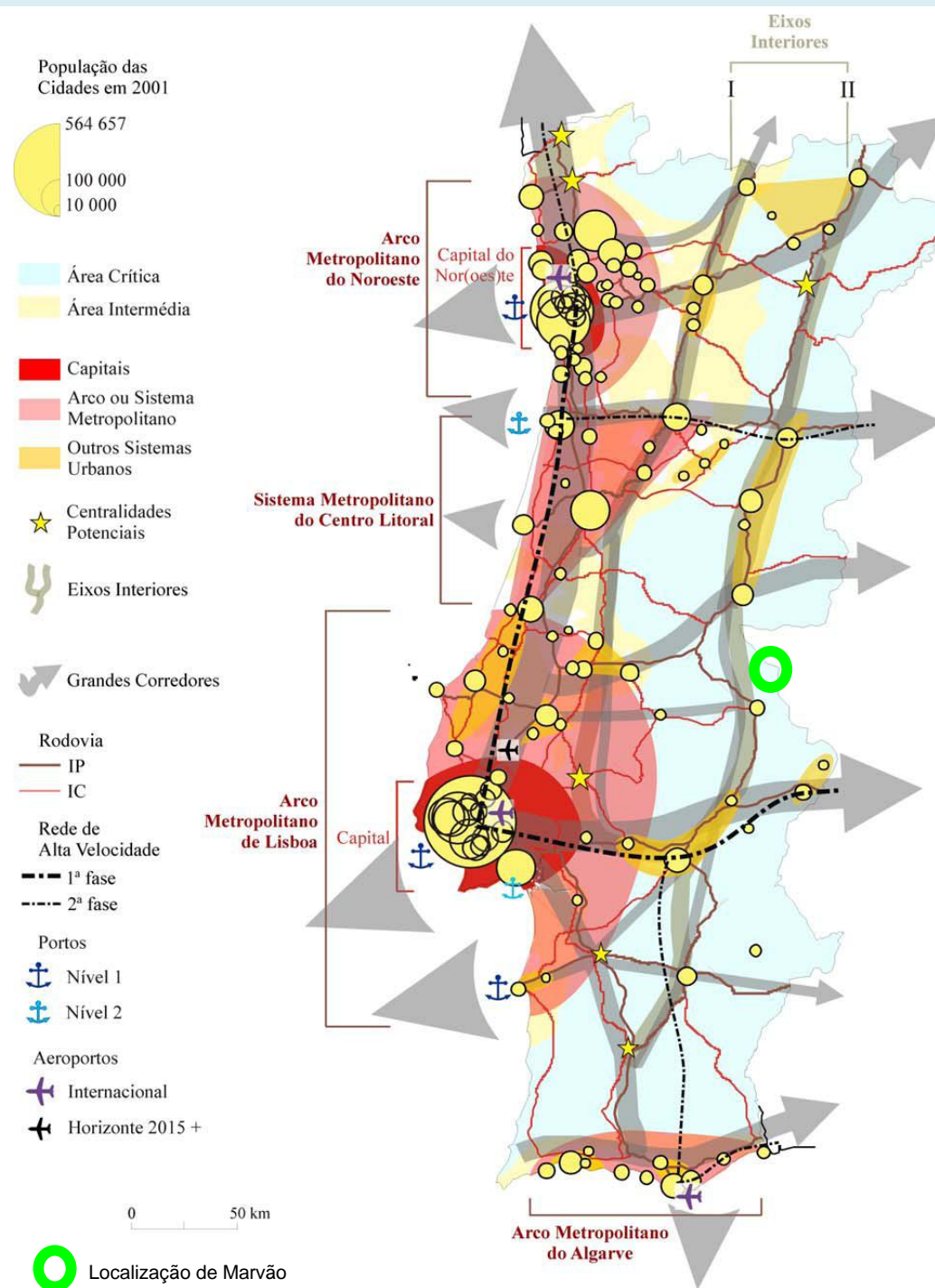
A.1. Localização de Marvão

Linha de Desenvolvimento

Beneficiar do posicionamento geoestratégico que Marvão ocupa, a nível regional, nacional e internacional, através dos eixos interiores que estabelecem ligação entre o eixo litoral - interior estabelecido no PNPT e a região da Extremadura Espanhola.

Subobjetivos e Ações

- Nível de serviço rodoviário exterior onde se destaca o IP6/A23, que estabelece ligação ao IP2 (Portelo – Faro). Infra-estruturas rodoviárias que garantem ao Município uma eficiente conexão a nível regional e nacional;
- O Município é atravessado pelos itinerários EN246-1, que estabelece ligação entre Castelo de Vide (entroncamento da EN 246) e S. Salvador de Aramenha e entre a Portagem (entroncamento da EN 359) e Galegos, pela EN359, que estabelece ligação entre Portalegre e Marvão e pela EN359-6, que parte do entroncamento da EN359 e estabelece ligação a Marvão;
- Ao nível do espaço-canal ferroviário o Município é servido pela linha férrea de Lisboa a Madrid (ramal de Cáceres) com a estação de Marvão-Beirã. Este espaço-canal permite a ligação entre a Linha do Leste, estação de Torre das Vargens, e a rede ferroviária espanhola em Cáceres.



A.2. Relações Estruturais

Linha de Desenvolvimento

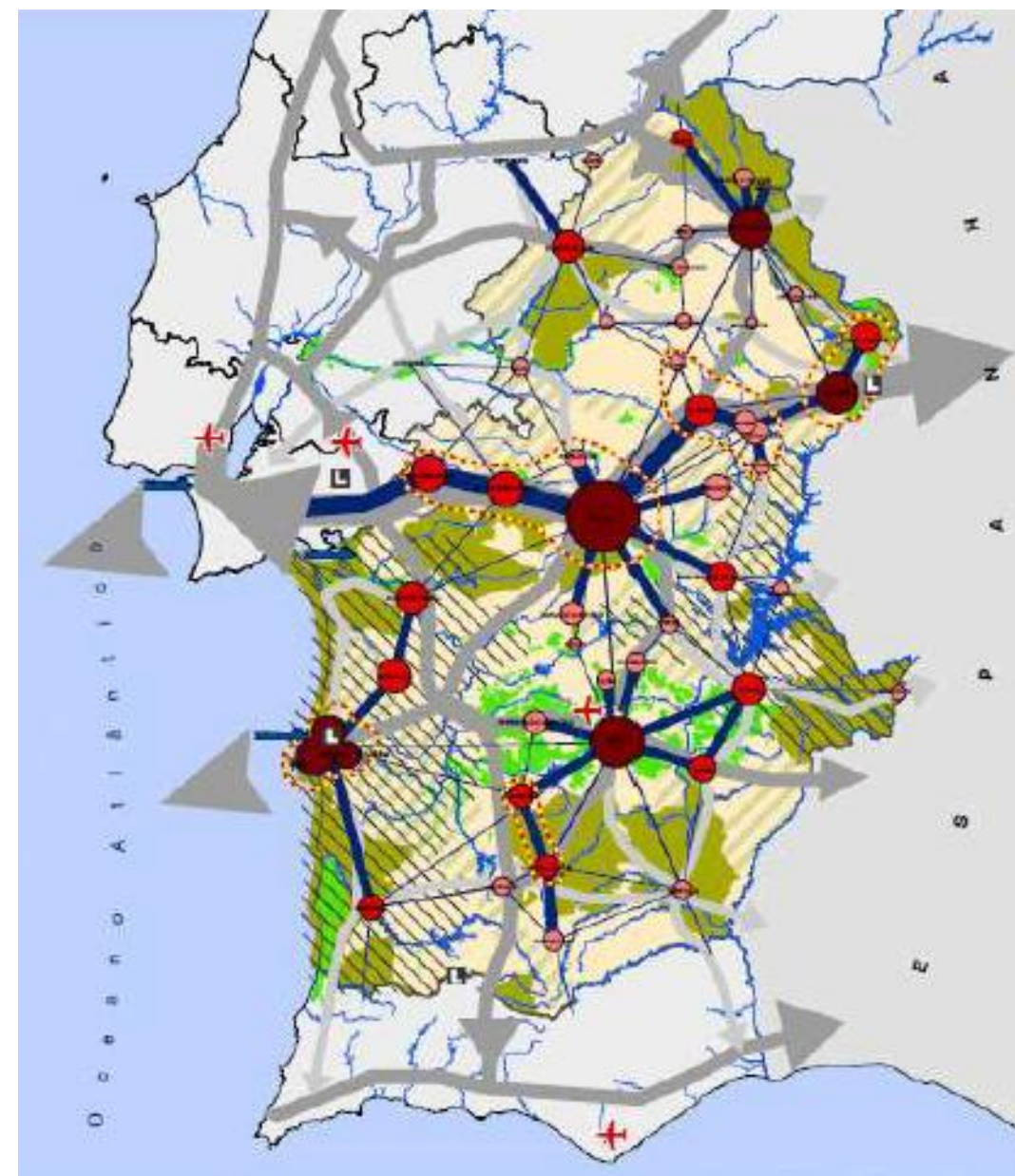
No quadro regional destaca-se a integração de Marvão na sub-região do Alto Alentejo, na fronteira com a capital de distrito, Portalegre, Espanha e o município de Castelo de Vide.

Ainda na sua posição geográfica deverá Marvão estimular, no âmbito do sistema urbano de fronteira potenciar particularmente o eixo Elvas-Campo Maior/Badajoz fomentando processos de concertação urbana transfronteiriça-concertação interurbana com a Extremadura.

Potenciar o desenvolvimento urbano de Marvão e relações operantes através da cultura e Turismo – Triangulo Marvão – Castelo de Vide - Portalegre.

Subobjetivos e Ações

- Favorecer da posição periférica que o Município ocupa entre Évora e Beja como fator de competitividade no desenvolvimento de redes funcionais de menor escala;
- Reforçar o potencial de Marvão na atração de investimentos empresariais, como consequência do conjunto de significativos investimentos públicos e privados da envolvente imediata;
- Fomentar a promoção interurbana de continuidade aos grandes projetos a valorizar;
- Beneficiar do seu posicionamento próximo da fronteira com Espanha e das infraestruturas – existentes e futuras - de conectividade internacional para atracão de investimentos e relações económicas à escala ibérica e europeia;
- Fomentar o desenvolvimento de redes intermunicipais associadas à cultura e turismo como elemento fundamental à sustentabilidade de dinâmicas de competitividade do Município;



Estratégia B. Constituição de uma plataforma de conectividade internacional

B.1. Criação de um aeródromo

Linha de Desenvolvimento

Criação de um aeródromo estabelecendo a Marvão uma importância regional na área de mobilidade aérea, fomentando um maior volume de negócios e atração turística bem como constituir ao Município e envolventes de um sistema aeroportuário.

Subobjetivos e Ações

- Estimular, em articulação com promotores privados, a execução desta infraestrutura e equipamentos complementares;
- Intervir junto de operadores estimulando o aproveitamento deste futura infraestrutura;
- Estimular agentes nacionais a parcerias com operadores realizando “packs” de visitas e negócios;
- Valorizar as sinergias desta infraestrutura com as atividades associados ao turismo, localização de unidades industriais, empresariais e de logística, assim como a formação no setor aeronáutico.



Exemplo do Aeródromo de Beja

2. TURISMO E CULTURA

Estratégia A. Preservação da dinâmica do Património

A.1. Vila de Marvão

Linha de Desenvolvimento

O património natural e paisagístico de Marvão assume-se como um recurso identitário fundamental ao Município, devendo por essa razão, no âmbito da revisão do PDM de Marvão, estabelecer medidas e ações de proteção, conservação e valorização do seu património natural e histórico-cultural.

Subobjetivos e Ações

- Integrar a lista do Património Mundial da Unesco;
- Fazer parte de roteiros internacionais de visita;
- Potenciar o seu desenvolvimento turístico.



A.2. Cidade Romana de Ammaia

Linha de Desenvolvimento

Inserida no coração do Parque Natural da Serra de São Mamede, as ruínas da cidade Romana de Ammaia, classificado como Monumento Nacional, assumem-se como um dos mais importantes vestígios da civilização romana no Norte Alentejano.

Subobjetivos e Ações

- Divulgar o Museu Monográfico da Cidade de Ammaia, que ostenta uma das mais importantes coleções de vidros romanos da Península Ibérica, com o objetivo primordial o estudo, recuperação e preservação deste importante Monumento Nacional;
- Aprofundar o conhecimento urbanístico, social e cultural da cidade Romana de Ammaia;
- Potenciar a imagem da maior cidade romana em Portugal, melhor conservada e sem quaisquer construções na sua de implementação;
- Integrar a rede de cidades romanas na Europa Ocidental, que tem como objetivo de promover atividades culturais, o turismo e criar ações conjuntas;
- Potenciar o desenvolvimento turístico cultural e científico de Marvão.



Estratégia B. Investimento Turístico e Cultural

B.1. Circuitos Turísticos (Cultural e Paisagístico)

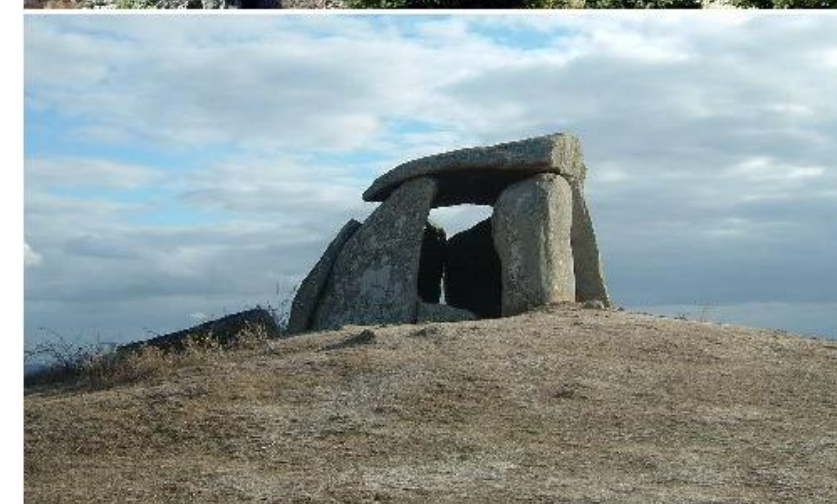
Linha de Desenvolvimento

O turismo é uma atividade económica importante capaz de exercer um papel decisivo em termos do desenvolvimento local e regional, e que pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais, promovendo o aproveitamento sustentável dos recursos endógenos. Por essa razão, e considerando a diversidade do património existente, natural, paisagístico e edificado do Município, torna-se importante definir políticas para o desenvolvimento turístico de Marvão.

A arquitetura e o urbanismo consubstanciam uma importante e distinta identidade e imagem urbana que constituiu recurso diferenciador do Município, a par com o recurso paisagístico e ambiental.

Subobjetivos e Ações

- Divulgar a riqueza histórica, patrimonial e cultural, que a Município ostenta através da beleza e imponência dos seus Monumentos classificados como Nacionais: Cidade Romana de Ammaia, Castelo de Marvão e Cruzeiro da Estrela;
- Promover a valorização integrada dos recursos patrimoniais (arquitetura militar, religiosa e civil) e culturais que o Município oferece a par do aglomerado urbano inserido no perímetro das muralhas de Marvão e património arqueológico (Antas e Menires);
- Beneficiar da enorme quantidade e diversidade de valores arquitetónicos e arqueológicos, classificados e em vias de classificação, e património natural como forte componente cultural que o Município detém;
- Potenciar a imagem da cidade romana em Portugal através do aprofundar de conhecimento urbanístico, social e cultural D' Ammaia e integração da mesma na rede das cidades romanas da Europa;



Subobjetivos e Ações

- Potenciar os recursos físicos existentes: Pousadas de Portugal / Pousada de Santa Maria (restaurante e hotel);
- Promover a integração de Marvão na Rede das Judiarias de Portugal;
- Promover, valorizar e beneficiar as rotas e circuitos existentes, assim como criar novos, apelativos e temáticos;
- Elaborar e executar um programa para o turismo, o qual deve considerar também as redes de património urbano regional a partir dos centros urbanos no âmbito nacional e internacional;
- Apostar na presença do Sítio de Marvão na Lista Indicativa dos Bens Portugueses apresentada à UNESCO, para promover a integração de Marvão nos roteiros internacionais de visita;
- Programar e dinamizar eventos culturais (ex: agenda cultural);
- Proceder à identificação de circuitos e rotas nas vias rodoviárias;
- Colocação devida de sinalética de interpretação;
- Apoiar os artesãos residentes no município assim como divulgar os produtos locais;
- Criar mais-valias económicas através de maiores dinâmicas comerciais endógenas.



B.2. Turismo de Natureza

Linha de Desenvolvimento

Face à riqueza natural e paisagística Marvão – integrado na sua totalidade no Parque Natural da Serra de São Mamede – apresenta condições singulares para maior aposta no turismo de natureza, através do desenvolvimento de maior articulação entre as áreas de valor natural, núcleos urbanos e infraestruturas de apoio.

Subobjetivos e Ações

- Beneficiar da riqueza natural e paisagística para aposta no desenvolvimento do turismo de natureza, em articulação intermunicipal e entidades responsáveis no âmbito do Parque Natural da Serra de São Mamede e Rede Natura 2000 – SIC de S. Mamede;
- Reforçar a promoção dos percursos existentes: P. Pedestre dos Galegos e P. Pedestre de Marvão, efetuando o seu registo e homologação, assim como a criação de um maior número de rotas da mesma natureza (ex. rota dos contrabandistas, trilhos das aves, P. Interpretativo de Escusa)
- Desenvolver a imagem de Marvão como mosaico cultural e natural;
- Sensibilizar potenciais agentes para a exploração do turismo rural, de habitação, agroturismo e /ou outras vertentes turísticas como incentivo a estadias mais prolongadas no Município;
- Aposta na lógica intermunicipal para desenvolvimento de eventos enquadrados no âmbito do turismo de natureza (ex: eventos desportivos);
- Efetivar o modelo de ordenamento da área de intervenção definido pelo Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura (POAA), no estabelecimento da Zona de recreio e lazer e de Espaços Turísticos (A, B e C);
- Promover os espaços de maior interesse turístico – Serra de S. Mamede, Rio Sever, Albufeira da Apartadura, através da dinamização de atividades de desporto/lazer e requalificação ambiental (ex: BTT, birthwatching, requalificação da piscina fluvial e envolvente do rio.)



B.3. Gastronomia e Vinhos

Linha de Desenvolvimento

O Turismo Gastronómico está diretamente ligado ao prazer adquirido através da comida e da viagem, que ficam guardados na memória sensível. Através da gastronomia descobrem-se histórias de civilizações, ritos, modas e modos de uma região, permitindo manter a tradição e fomentar o desenvolvimento económico local. Por essa razão torna-se primordial iniciativas que destaquem e distingam os produtos endógenos do Município assim como iniciativas que promovam o êxito da estratégia de desenvolvimento no setor turístico.

Subobjetivos e Ações

- Dar continuidade ao projeto dos festivais gastronómicos de maior visibilidade em conjunto com mostras de gastronomia e vinhos, acompanhadas por workshops;
- Criar referências gastronómicas, qualificar os produtos alimentares, tirando partido de inserção em zona de produtos certificados, e criar marca própria;
- Criar um espaço para mostra e venda de produtos locais;
- Recuperar tabernas típicas e qualificar espaços de restauração;
- Expandir a integração de Marvão na Rota dos Sabores do Alentejo e outras rotas turísticas em criação;
- Atuar no sentido do aumento de emprego e do reforço da empregabilidade e empreendedorismo;
- Valorização da formação técnico profissional em Turismo.



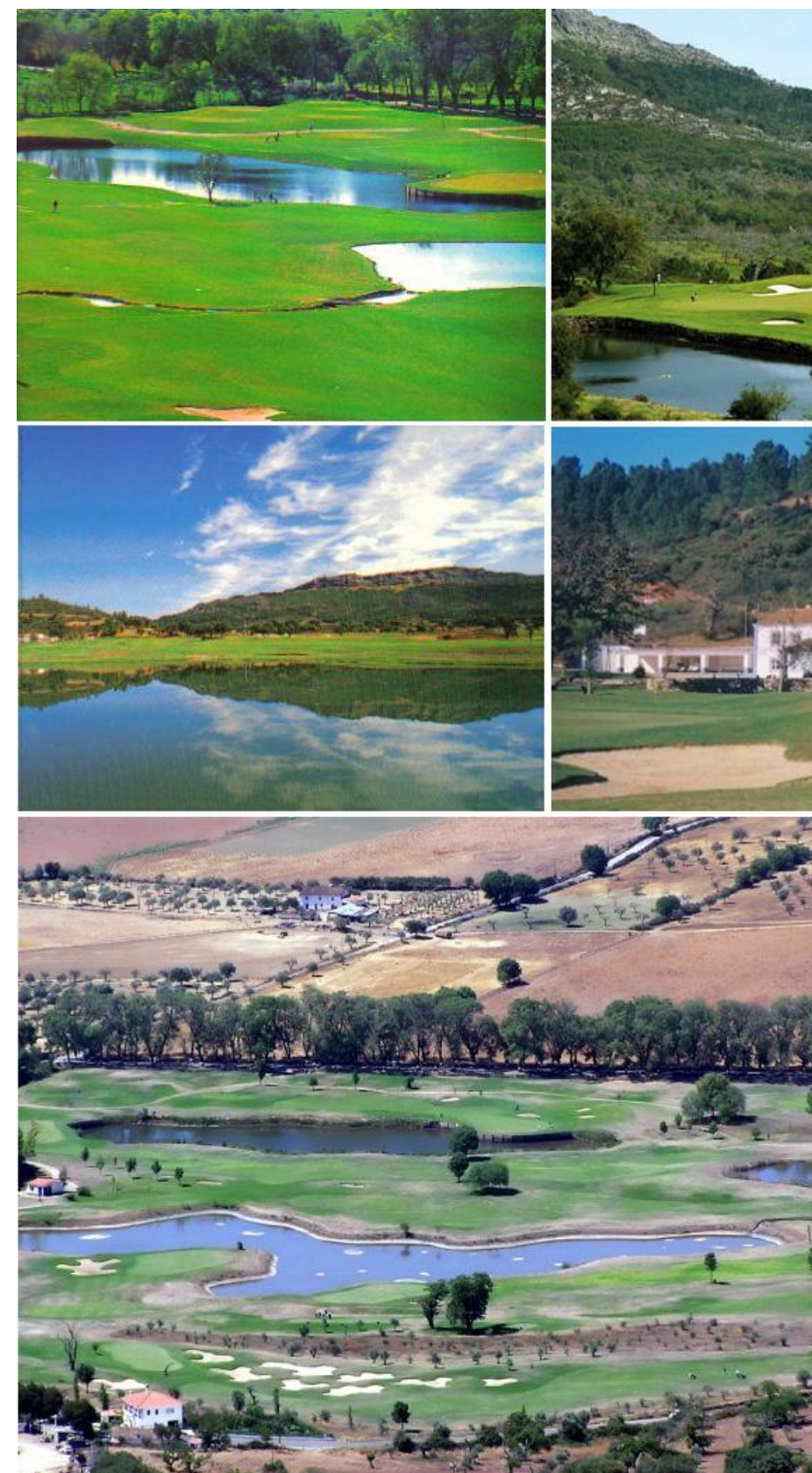
B.4. Golfe

Linha de Desenvolvimento

Desenvolver o segmento do Golfe no concelho de Marvão, visto que se trata de um produto estratégico para o desenvolvimento turístico nacional em paralelo com a estratégia “NATURAL.PT” do Programa Nacional do Turismo de Natureza.

Subobjetivos e Ações

- Incentivar a recuperação e funcionamento do campo de golfe de Marvão uma vez que este reúne características fulcrais para o desenvolvimento deste produto turístico na região - âncora de visita multitemática - capaz de dar resposta a um mercado cada vez mais competitivo e variável, permitindo a resposta da oferta à procura;
- Criar condições ideais para cativar os amantes deste desporto através da difusão e aproveitamento do aldeamento turístico adjacente ao campo de golfe “Aldeia d'Azenha”;
- Prosseguir e concretizar um projeto potencialmente competitivo para o aumento da oferta turística no Município, respeitando o ambiente em que se insere e visando contribuir como elemento dinâmico os aspetos sociais e económicos;
- Reforçar as condições de carácter social e a diversidade das atividades desportivas no Município.



Estratégia C. Eventos de Atração Internacional

C.1. Festival Musica Clássica

Linha de Desenvolvimento

Este é um evento que reforça a agenda educativa e cultural de Marvão, oferecendo à população e a visitantes uma programação de eventos de música clássica de qualidade.

Subobjetivos e Ações

- Atrair ao evento músicos de nível internacional;
- Promover concertos nos locais emblemáticos da Vila de Marvão;
- Procurar ligar vários estilos musicais, por exemplo música clássica e o Fado;
- Atrair amantes de música clássica da Europa e do mundo, e, ao mesmo tempo, ser uma porta de entrada a novo público, às famílias e aos jovens, dando o nosso contributo e as melhores referências para a educação musical de uma nova geração;
- Desenvolvimento de relações de cooperação transfronteiriça e internacional na realização de eventos de animação;
- Promoção de eventos estruturantes que reflitam a afirmação dos atributos distintivos;
- Reforço do marketing digital, que potenciem e exponenciem os eventos realizados.



C.2. Residências Artísticas de Fronteira

Linha de Desenvolvimento

O programa passa por apoiar os criadores/artistas de todo o mundo numa formação/projeto numa atmosfera criativa, usufruindo daquilo que o concelho oferece, tranquilidade, paisagem, tradições, gastronomia

Subobjetivos e Ações

- Disponibilizar habitações a artistas nacionais e/ou estrangeiros que desejem passar no concelho uma temporada;
- Encorajar os artistas a estabelecerem interações com o local, seu espaço geográfico e social, identidade e memória;
- Fomentar o caráter multidisciplinar das obras artísticas a realizar, ou seja cruzar diferentes práticas artísticas, anulando muitas vezes as respetivas fronteiras ao buscarem um sentido híbrido que amplifique as possibilidades expressivas;
- Promover, concertos, workshops, exposições, palestras pelas diversas aldeias sobre os trabalhos desenvolvidos.



C.3. Festival Internacional de Cinema de Marvão

Linha de Desenvolvimento

O festival, visa garantir a atração e qualidade na área do entretenimento e da oferta cultural, com o objetivo de promover e divulgar culturalmente o concelho e a região, pela sua singularidade e capacidade de conjugar vários fatores, satisfaz objetivos de internacionalização e modernidade do concelho.

Subobjetivos e Ações

- Apostar na diversidade de temas e géneros de filmes, de diversas latitudes, que tenham por objeto as vivências comunitárias em regiões de periferia e do mundo rural;
- Reforçar a sua dimensão de evento transfronteiriço;
- Criar condições para que a população atue como protagonista, através da realização de produções audiovisuais baseadas na valorização do território;
- Estender as projeções a todas as freguesias do concelho;
- Entender o festival de cinema como potenciador de destino turístico uma vez que incrementa o número de turistas nessas datas;
- Reforço da promoção turística externa (ex: campanhas de comunicação nos principais mercados emissores, ações de *trade marketing*);



C.4. Rota do Judaico

Linha de Desenvolvimento

Integrar Redes nacionais e internacionais onde Marvão beneficie de visibilidade e efeitos multiplicadores da circulação de informação, aproveitando o legado cultural da presença judaica na região.

Subobjetivos e Ações

- Participar na candidatura conjunta da Rede a apoios estruturais;
- Desenvolver ações de recuperação de vestígios do património judaico;
- Criação de eventos (feiras e exposições) associados à temática;
- Promover iniciativas em rede com o concelho vizinho de Castelo de Vide tendo em conta que já faz parte da Rede Nacional;
- Promover a Rota do Judaico de forma a potenciar o produto circuitos turísticos;
- Integração da Rota em circuitos nacionais e internacionais.



3. CONHECIMENTO E SOCIEDADE INCLUSIVA

Estratégia A. Capital Humano

A.1. Qualificação dos Recursos Humanos

Linha de Desenvolvimento

O Alentejo tem vindo a registar perdas acentuadas de população e em que a escassez de recursos humanos na região é agravada por índices de envelhecimento superiores à média nacional (PNPOT). Neste âmbito deverá o Município reforçar o investimento no capital humano, melhorando a qualificação e competências, como forma de contrariar a tendência e garantir o desenvolvimento e aumento da competitividade da Região.

Subobjetivos e Ações

- Fomentar a escolarização através de apoio à educação e formação profissional;
- Apoiar estratégias de aprendizagem ao longo da vida privilegiando as competências necessárias à economia do conhecimento;
- Acertar os sistemas de educação e formação às exigências do mercado através da criação / apoio de centros de formação profissional (ex: formação de jovens e ativos na área do turismo)
- Criar parcerias com estabelecimentos de ensino ou estabelecimentos de formação, locais ou regionais, para o reforço das competências dos recursos humanos das empresas e organizações da envolvente empresarial
- Formar cidadãos através da transferência do conhecimento, cultura, qualidade e inovação (ex. capacitar empresários e gestores através da formação de executivos na área do turismo;
- Promover uma cultura empresarial, com acesso a redes de informação técnica e tecnológica.



A.2. Reforço do Mercado de Trabalho

Linha de Desenvolvimento

A par do Alentejo, o Município, assiste ao grande desafio da promoção do crescimento económico e emprego, por essa razão deverá Marvão fomentar ações de intervenção que objetivem o desenvolvimento da sua base económica potenciando todos os recursos existentes.

Subobjetivos e Ações

- Apostar na dinamização e diversificação da atividade económica e do emprego em meio rural;
- Qualificar e diversificar a estrutura produtiva;
- Promover maior interação das atividades produtivas com as fontes de desenvolvimento tecnológico e de inovação empresarial;
- Criar políticas ativas na formação, emprego e empreendedorismo;
- Promover a flexibilidade e redução da segmentação do mercado de trabalho;
- Melhorar a qualidade e produtividade do trabalho;
- Implementar medidas de estímulo para aposta na atividade agroflorestal, artesanato – bordados com casca de castanho, cestos, escadas de madeira em castanho – e gastronomia, como produtos de excelência que tornam Marvão um referência em termos regionais e nacionais.



A.3. Garantia da coesão Social e territorial

Linha de Desenvolvimento

É da maior importância orientar políticas que promovam a coesão social e territorial que permitam assegurar o adequado equilíbrio das dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento do Município.

Subobjetivos e Ações

- Atuar no sentido do aumento de emprego e do reforço da empregabilidade e empreendedorismo;
- Implementar medidas / criar parcerias que promovam a melhoria da qualificação escolar e profissional assegurando a inclusão social e o desenvolvimento integrado;
- Garantir mercados de trabalho inclusivos promovendo a igualdade de oportunidades e a igualdade de género;
- Valorizar a inclusão, cooperação, responsabilidade, criatividade e o espírito crítico e empreendedor;
- Criar / incentivar equipamentos de apoio aos idosos, justificado pelo continuado envelhecimento demográfico da população.



4. ECONOMIA E AMBIENTE

Estratégia A. Município Plurissectorial

A.1. Setor Primário

Linha de Desenvolvimento

O setor primário apenas empregava no Município, em 2011, cerca de 8% da sua população ativa, o que demonstra que a posição importante na estrutura produtiva regional outrora do setor primário perdeu nas últimas décadas o seu estatuto de setor determinante e estruturante da economia municipal.

Atualmente, Marvão possui enorme capacidade para potenciar o setor primário, através de maior apoio na aposta dos produtos locais que por sua vez acrescentam maior valor ao Município e Região e revitalizam o tecido socioeconómico.

Subobjetivos e Ações

- Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva o setor primário, nomeadamente a fileira agroalimentar e florestal;
- Tirar partido da inserção do Município em zona de produtos certificados para qualificar os seus produtos alimentares (DOP, IGP, ETG) e incentivar a produção em Modo de Produção Biológica (MPB);
- Aumentar a inserção na cadeia de valor, e consolidar o desenvolvimento das atividades tradicionais diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos setores de especialização regional;
- Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo no setor assim como o investimento estrangeiro no Município.



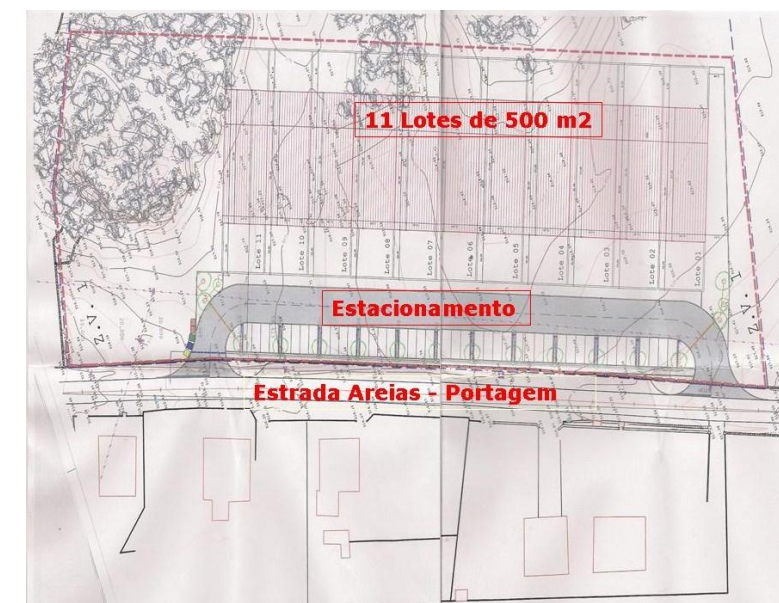
A.2. Setor Secundário

Linha de Desenvolvimento

O posicionamento de Marvão, no âmbito da estrutura urbana regional e no contexto de fronteira – particularmente o eixo Elvas-Campo Maior/Badajoz –, constitui fator positivo para a promoção de processos de internacionalização da região, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de atração de investimento para a implementação de atividades económicas, com incentivo à inovação, ao espírito empresarial e ao crescimento da economia baseada no conhecimento.

Subobjetivos e Ações

- Disponibilizar novas áreas – expansão de zonas industriais e novas áreas – para a instalação de novas indústrias e expansão das indústrias existentes, que estimulem o crescimento e desenvolvimento económico do Município e contribuam para o melhor acolhimento do tecido empresarial e promoção da fixação de novas empresas;
- Criação de um Parque Tecnológico junto à fronteira com Galegos, com vista a criação de um parque empresarial estruturante no Município;
- Aumentar e valorizar a estrutura empresarial concelhia;
- Favorecer o reordenamento industrial consolidando as principais manchas industriais e harmonizando a industrialização existente;
- Divulgar sistemas de incentivo e apoio às empresas industriais e de serviços e criar mecanismos de apoio ao desenvolvimento e consolidação de atividades económicas e de fomento ao empreendedorismo no Município;
- Apostar no sector a jusante do sector primário – atividades tradicionais;
- Consolidar os ‘clusters’ produtivos existentes, designadamente a fileira agroalimentar e florestal;
- Contribuir para o melhor acolhimento do tecido empresarial do Município.



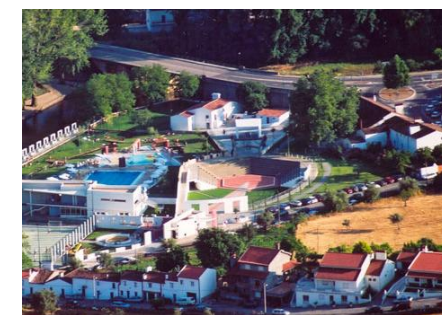
A.3. Setor Terciário

Linha de Desenvolvimento

O setor terciário emprega mais de metade da população ativa no Município de Marvão (731%, em 2001) pelo que é importante a aposta no desenvolvimento moderno dos serviços, como fonte de desenvolvimento municipal.

Subobjetivos e Ações

- Fomentar a criação, alargamento e reforço de serviços públicos;
- Modernizar o sector terciário, como fonte de desenvolvimento local e municipal;
- Apostar no setor do turismo como fator determinante para o desenvolvimento de Marvão (ex: Criação do Centro de Inovação Turístico – Galegos);
- Aumentar o número de diversidade de unidades comerciais, nomeadamente em serviços mais especializados e nos sectores de hotelaria e restauração;
- Implementar medidas que fomentem a fixação de empresas assim como criar condições para a chamada / fixação de jovens licenciados do Município.



Estratégia B. Sustentabilidade e Ambiente

B.1. Energias Renováveis

Linha de Desenvolvimento

O consumo eficiente de energia e a promoção ao uso de energias renováveis poderá ser uma mais-valia ao Município uma vez que este possui características endógenas que lhe permitem produzir energia com base em recursos renováveis e naturalmente diminuir a dependência da energia proveniente de combustíveis fósseis.

As intervenções previstas nesta área objetivam a contribuição positiva na economia, ambiente e proteção da floresta contra incêndios no Município através da Produção de eletricidade com base em fontes renováveis.

Subobjetivos e Ações

- Instalação de parques eólicos e fotovoltaicos no Município;
- Incentivar a instalação de unidades produtoras de energias renováveis no Município, através da promoção, sensibilização e divulgação;
- Potenciar a ligação aos centros de conhecimento da Região – Instituto Politécnico de Portalegre / licenciatura em Engenharia das Energia Renováveis e Ambiente – na investigação aplicada no domínio das energias renováveis;
- Aplicar medidas de incentivo ao uso e aplicação de energias renováveis;
- Aproveitamento da biomassa florestal para a produção de energia.



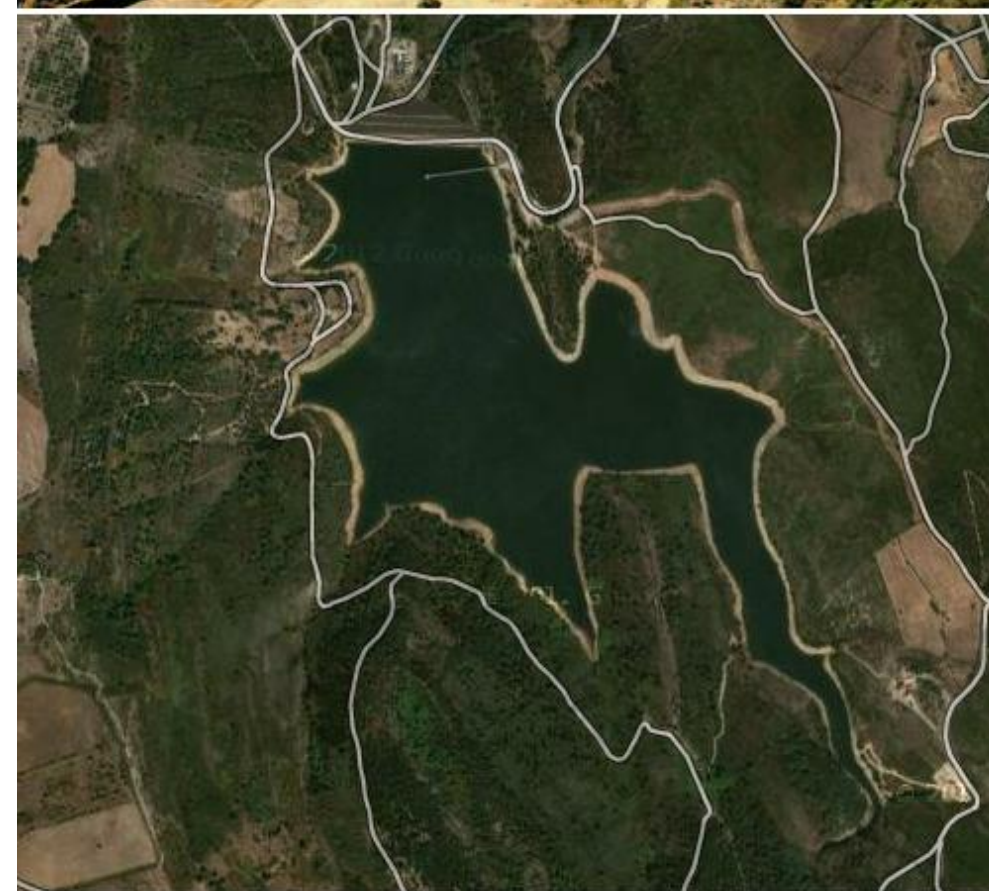
B.2. Albufeira da Apartadura

Linha de Desenvolvimento

Aproveitamento da Albufeira da Apartadura como fator importante para a competitividade económica e investimento no setor turístico – infraestrutura englobada no aproveitamento hidroagrícola de Marvão, que tem como finalidade principal permitir a rega e o abastecimento público assim como identificar as áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.

Subobjetivos e Ações

- Promover a conservação dos valores ambientais e ecológicos associados à salvaguarda da qualidade da água;
- Aproveitar os seus recursos a partir da promoção do desenvolvimento sustentável para o território;
- Compatibilizar o potencial da albufeira para a prática de atividades de recreio e lazer com a conservação da natureza e a preservação dos recursos naturais em presença e sua principal finalidade (abastecimento público e rega);
- Realizar o modelo de ordenamento da área de intervenção definido pelo Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura (POAA), nomeadamente a Zona de recreio e lazer e os Espaços Turísticos (Zona de reveladas - Estabelecimento hoteleiro; Zona de merendas e Nicho de romagem e Zona turística com o Parque de campismo e Apoios à zona de recreio e lazer);
- Valorização turística da albufeira através da promoção do seu potencial endógeno.



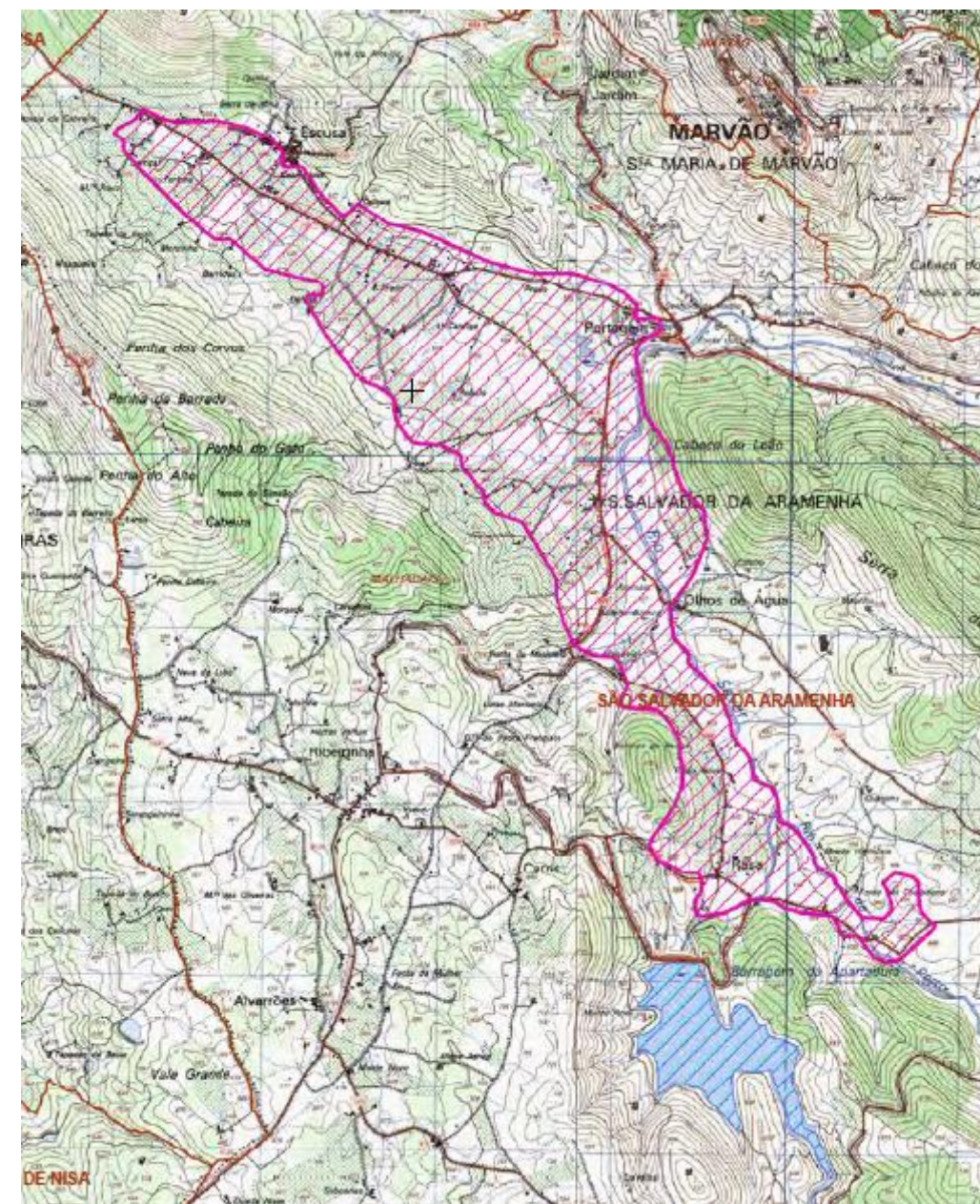
B.3. Aproveitamentos Hidroagrícolas

Linha de Desenvolvimento

Deverá o Município apostar na valorização das potencialidades reprodutivas do espaço rural e consolidar ou prever a criação de pequenos regadios individuais (pequenas barragens e charcas) e regadios coletivos. A par da qualificação ambiental do Aproveitamento Hidroagrícola de Marvão - Apartadura.

Subobjetivos e Ações

- Apostar nos regadios como fator decisivo para a revitalização do sector agrícola pela introdução de novas culturas mais exigentes em água assim como na criação de maior potencial para a produção com viabilidade económica;
- Promoção da agricultura de regadio, com o incentivo à implantação de novas explorações de regadio (olival, vinha, produtos hortofrutícolas);
- Criar condições de confiança para a consolidação e melhoria da competitividade das empresas agrícolas, envolvendo-as consequentemente no processo de gestão coletiva do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.



▨ Limite do Aproveitamento Hidroagrícola de Marvão – Apartadura.

B.4. Conservação da Natureza e Biodiversidade

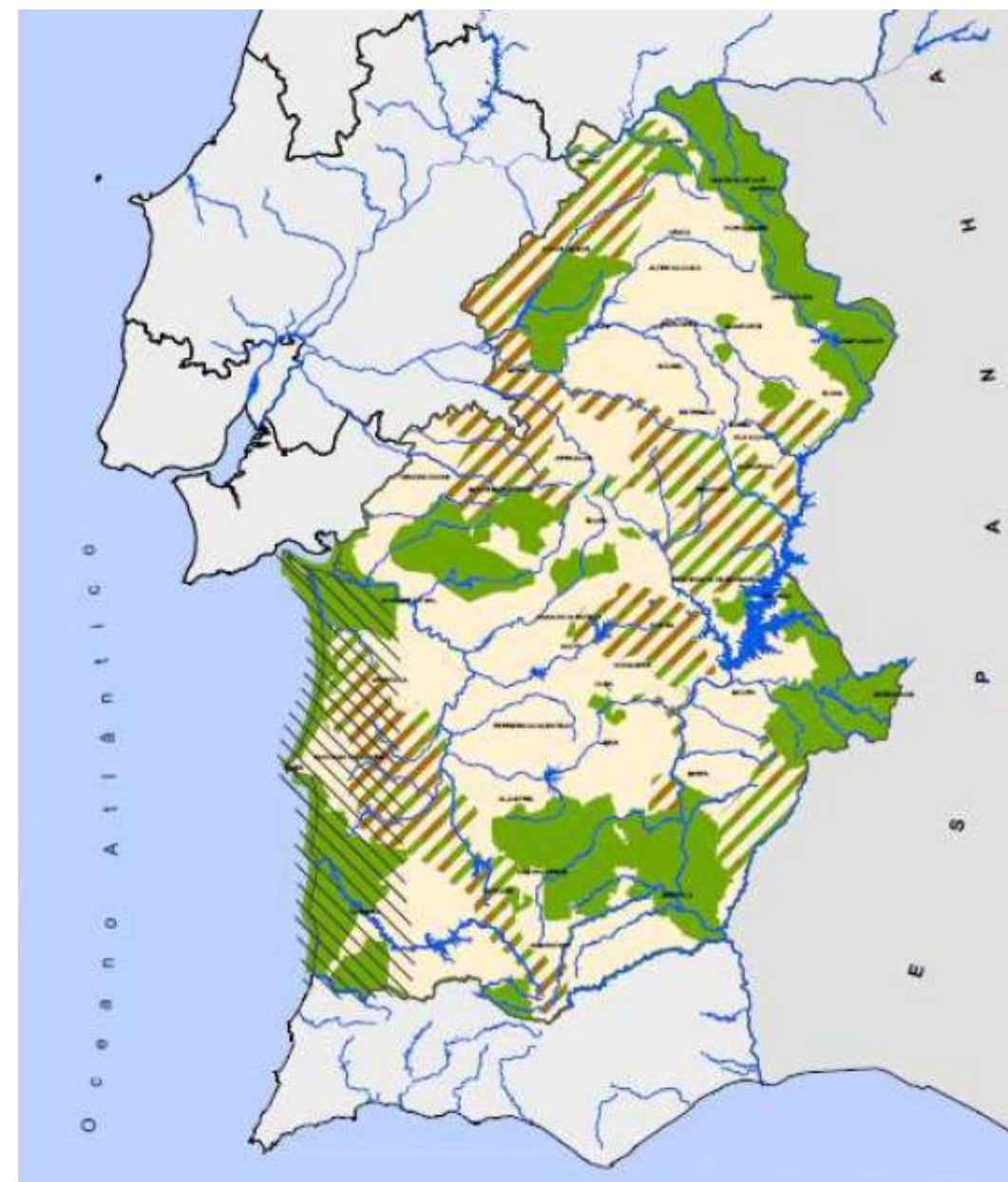
Linha de Desenvolvimento

A conservação da natureza e a promoção da biodiversidade como fator de qualificação ambiental e valorização económica do espaço rural deverá constituir política de ordenamento territorial para o desenvolvimento sustentável do seu território, promovendo a valorização e preservação dos recursos naturais e paisagísticos.

O Município de Marvão, inteiramente inserido no Sítio de São Mamede, deverá definir objetivos que protejam os valores em presença assim como a valorização turística dos mesmos.

Subobjetivos e Ações

- Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos presentes no Município;
- Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais;
- Gestão dos Recursos Hídricos;
- Fomentar a qualidade e estabilidade da paisagem;
- Promover a educação e formação em matéria de conservação da natureza e biodiversidade;
- Monitorizar as espécies, habitats e ecossistemas presentes no Município;
- Promover e valorizar as áreas protegidas – Sítio de São Mamede – e conservar o seu património natural, cultural e social;
- Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos.



Estratégia C. Urbanidades

C.1. Centro Histórico. Revitalização social e económica

Linha de Desenvolvimento

Articular as zonas histórica de Marvão com a envolvente a partir da integração dos tecidos urbanos a novas formas de ocupação e de apropriação do território.

Subobjetivos e Ações

- Proteger o património urbano e arquitetónico, histórico e contemporâneo, que contribua para a qualificação e preservação da identidade sociocultural do aglomerado urbano de Marvão;
- Reordenar a circulação viária compatibilizando-a com as funções urbanas que deve apoiar e com a diversidade de mobilidades contemporâneas;
- Promover a reabilitação do parque edificado com valorização dos elementos notáveis e dos espaços públicos de forma a reconquistar a capacidade atrativa;
- Promover a ocupação efetiva de espaços devolutos e incentivar à diversidade social e de usos nas zonas históricas;
- Reforçar a atratividade turística através da organização de roteiros de visita e participação em Feiras com a história e o património em destaque;
- Constituir parcerias para a Regeneração Urbana.



C.2. Mais e melhores serviços e equipamentos públicos

Linha de Desenvolvimento

Afirmar a dinâmica socioeconómica do centro urbano de Marvão como vocação inequívoca ao acolhimento de investimento do Município na implantação ou melhoria de equipamentos e serviços sociais.

Subobjetivos e Ações

- Assegurar a dotação de equipamentos e serviços coletivos à população, em particular, os equipamentos de apoio permanente ou temporário às populações mais idosas;
- Valorizar os espaços de usufruto coletivo e os elementos de identidade;
- Potenciar o aumento da dinâmica comercial e empresarial através de um comércio diversificado e modernizado, a par de serviços e equipamentos como mais-valia para o desenvolvimento do Município;
- Reforçar o papel do centro urbano como prestador de serviços polarizador das dinâmicas económicas e capaz de atrair e reter residentes.



C.3. Qualificação Urbana

Linha de Desenvolvimento

A requalificação urbana, através da melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental, encontra-se intimamente ligada à promoção da qualidade de vida dos seus habitantes e à contenção da perda e envelhecimento populacional. Neste sentido, o Município objetiva a requalificação das zonas consolidadas das Urbes e dos espaços de transição entre as zonas históricas e a franja periurbana, assim como a criação de novos loteamentos e novas bolsas de alojamento pelo Município com vista à resolução de carências sociais e como atrativo para a fixação da população.

Subobjetivos e Ações

- Promover a reabilitação e revitalização urbana do centro histórico e restantes áreas consolidadas, designadamente dos espaços públicos como fator fundamental à promoção da qualidade de vida, da identidade urbana e vivificação dos aglomerados urbanos;
- Recuperar edifícios e a prática ordenada de planeamento e gestão urbanística;
- Promover o desenvolvimento sustentável dos centros urbanos – modelo de povoamento - como fator competitivo;
- Reforçar a importância do desenho urbano, enquadrando valorativamente o património existente e promovendo a criação de novos valores patrimoniais;
- Promover uma melhor gestão das funcionalidades no edificado das urbes e incentivar a inserção e reutilização do Património no sentido urbanístico, arquitetónico e social;
- Valorização da circulação pedonal;
- Promover a habitação a custos controlados e lotes para habitação em loteamentos municipais de forma a criar alternativas para a fixação de população;
- Impulsionar a sustentação de um modelo de desenvolvimento orientado para a coesão e a competitividade regional.



C.4. Acessibilidades para Todos

Linha de Desenvolvimento

Tornar a vila de Marvão amigável e qualificada para todas as gerações.

Qualificar o espaço urbano a partir do conceito de mobilidade para todos.

Vilas, município, equipamentos e serviços sem segregação geracional.

A acessibilidade ao meio físico edificado, aos transportes e às tecnologias da informação e comunicação constitui condição indispensável para o exercício dos direitos de cidadania pelo que o Município de Marvão deverá colocar em prática os projetos e estudos no âmbito das acessibilidades desenvolvidos para o Município.

Subobjetivos e Ações

- Sensibilizar a comunidade para o benefício e responsabilidade da promoção da acessibilidade assim como formar e informar sobre os direitos previstos na legislação e as formas de promover a acessibilidade;
- Assegurar a acessibilidade no espaço público e no meio edificado (PNPA, 2007);
- Promover a acessibilidade nos transportes (PNPA, 2007).



Exemplo de Pontevedra

Equipa Técnica

Pedro Ribeiro da Silva, Planeamento Regional e Urbano

Fernanda Quinta, Planeamento Regional e Urbano

Ana Cláudia Guedes, Direito

Diana Almeida, Arquitetura Paisagista

Ester Paulo, Arquitetura

Helena Máximo, Arquitetura

Hugo Lopes, Planeamento Regional e Urbano

Joana Pereira, Geografia

Liliana Fernandes, Turismo

Márcia Costa, Curso Tecnológico de Design

Rui Carneiro, Planeamento Regional e Urbano

Sara Gonçalves, Gestão do Território